

HISTÓRIA



Geometrias da memória: configurações pós-coloniais

MARIA CALAFATE RIBEIRO e ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO (ORG.)

Edições Afrontamento, Porto, 2016, 348 pp., € 18.

Geometrias da memória: configurações pós-coloniais é uma obra colectiva, sob a orientação de António Sousa Ribeiro e de Margarida Calafate Ribeiro – investigadora responsável do projecto «Memoirs, Filhos do Império e Pós-Memórias Europeias», do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, financiado pelo European Research Council –, onde se pretende devolver à história contemporânea aquilo que provoca a sua espessura e densidade, a experiência pós-colonial.

Esta é uma obra fundamental, não só pela nova contribuição de olhares que traz à história colonial e pós-colonial portuguesa e europeia mas, ainda, pelas próprias questões que levanta quer à produção de uma discursividade sobre a qual assenta a apropriação histórica de um tempo, um acontecimento, um fenómeno, quer à interpegação forte dos modelos epistémicos em vigor. Assim, e desde logo, um nível de questionamento situa-se na própria epistemologia da História e das ciências humanas, através daquilo que Isabel Castro Henriques assinala como urgência: «uma revisão dos conceitos, das ideias e das perspectivas utilizadas pela historiografia portuguesa» (p. 127), inquirindo as próprias classificações hegemónicas que o pensamento europeu produziu para identificar o Outro, o africano. Neste mesmo registo, o epistemológico, salienta-se a perspectiva de Ana Paula Ferreira que, com base na proposta de Boaventura de Sousa Santos, «Epistemologias do Sul», defende todo um trabalho de «descolonização do pensamento» que passa pela

revisão da língua da ciência e dos seus conceitos operativos.

Uma multiplicidade de interrogações se cruza e desenvolve a partir de um descomunal dado bruto – as memórias coloniais e pós-coloniais, imbuídas que estão de grandes zonas de não-dito. É que, fazer o levantamento dessas memórias é, desde logo, definir e desocultar o «recalcado» que elas contornam e apagam. Uma das marcas a salientar nesta obra é, pois, da ordem da discursividade ou das múltiplas discursividades que constituem o pano de fundo da história actual.

A pluralidade discursiva a que se pretende dar voz, pondo assim em causa uma discursividade etnocêntrica, sujeito da história colonial, implica o levantamento dos discursos da memória e da pós-memória colonial, ouvindo ex-colonos e descolonizados, assim como afrodescendentes que têm em aberto as suas identidades, fruto de memórias lacunares, recalçadas, que impedem ou censuram a construção das narrativas identitárias. O silêncio resalta deste conjunto de análises, já que elas se deparam com os vazios da memória, da história e das discursividades individuais, sintoma de um pensado ou de um acontecimento traumático que não pôde ainda ser dito, formulado. Para António Sousa Ribeiro, trata-se, no fenómeno colonialista assim como no anti-semitismo, de «reversos silenciados da modernidade» (p. 51) que a análise traz à luz, relacionando essa dimensão oculta que liga raça e anti-semitismo ou colonialismo e nazismo. Nesta perspectiva, a relação que a modernidade estabeleceu com o colonialismo, fazendo emergir a violência colonial, explicaria a barbárie nazi do extermínio (p. 47).

Falando de memória individual e colectiva, Miguel Bandeira Jerónimo salienta também o modelo de crueldade aplicado no Holocausto como fazendo parte das práticas coloniais (p. 67) cujo luto ainda não acabou (p. 73), imbuindo a memória de lapsos e esquecimentos. Como adverte: «É fundamental persistir na distinção entre memória, exercício de sacralização e mistificação voluntária e involuntária das recordações, e História, formação disciplinar savante que recorre a um discurso crítico, com método, com limitações verificáveis» (p. 81).

A construção de uma discursividade dialógica, no entanto, não acontece a partir da simples tomada da palavra, da simples posição discursiva do testemunho, porque uma discursividade circulante já lá está nos interstícios do silêncio e cujo sentido é censurante de pontos de vista outros. A esta discursividade chama Fabrice Schurmans (pp. 233-249), o Texto, que, assente em axio-

logias próprias, tende a conferir um sentido que se dissemina nas avaliações comuns, na sua forma mais dissimulada, a da ideologia comum. Tal discursividade avaliativa, sancionadora e, nessa medida, censurante e homogeneizadora, não só no que impede de dizer mas naquilo que obriga a dizer, tem ainda um efeito perverso que é, como explica o autor, o da naturalização da realidade, através da construção de estereótipos. O Texto, apropriado que está pela discursividade comum, constitui o senso comum como referente último de toda a discursividade colectiva e espontânea.

Uma questão que se levanta ainda, neste âmbito, é o da própria narrativa como máquina conferidora de sentido à História e como produtora, ela própria, da história. A História é hegemónica na medida em que ela comporta um enfoque, um ponto de vista, um narrador que lhe dá voz, e, nesse sentido, ela tem efeitos perversos, uma vez que é sempre a história do poder, produzindo o sujeito da história, o herói, que não é senão aquele que tem direito à palavra, fruto desse mesmo poder.

A este propósito, Roberto Vecchi traz à cena aquele que designa por «ausente da história» (p. 190) e que é o subalterno, categoria abrangente do escravo, «ao mesmo tempo nos planos racial e social» e que tem a particularidade de operar «um vazio de representação», quer discursiva, uma vez que está fora da história, quer da própria representação visual, não porque o escravo lá não esteja, mas antes, porque, na sua familiaridade com o senhor, se torna invisível (na pintura de J.-B. Debret, p. 193). Algo da mesma natureza acontece no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. A ausência de representação, quer do escravo africano quer desse mesmo escravo transportado para o Brasil, numa heterogeneidade amorfa, deve-se à impossibilidade de testemunhar, de tomar a palavra. Descolonizar a história será, então, abrir o ouvido às vozes subalternas, sejam as do rap, do hip hop, ou tantas outras, por onde as «contra-histórias não-hegemónicas podem começar a ser contadas» (p. 201).

Promover, como o faz este projecto, outros enfoques, que uma pluralidade de memórias produzam as suas próprias narrativas – a do colonizado, a do ex-colonizador, a da mulher negra, a do retornado, a do afrodescendente – é contribuir para uma discursividade efectivamente dialógica, polifónica que devolve aos fenómenos a sua densidade veridictória. E, nessa medida, poderemos mesmo perguntar-nos se a própria lógica narrativa não será ainda colonial. Face à grande narrativa da história, um pensamento desconstrucionista tem

forçosamente de perspectivar as «histórias entrelaçadas», segundo a expressão de Edward Said, que são a trama de uma nova epistemologia da história. A questão do enfoque narrativo, no âmbito da meta-narrativa da história, é a do narrador europeu, a do homem branco, face ao modo como colonizou e descolonizou, nomeadamente, as populações africanas. Esta construção de sentido dominante deixa como pensado ou não-dito a própria tarefa de descolonizar a Europa ou, na fórmula consagrada, a descolonização do pensamento (hegemónico, branco, europeu). Nas palavras de Margarida Calafate Ribeiro, «da mesma forma que a história dos países ex-colonizados não se reduz a um apêndice da história das antigas metrópoles colonizadoras, também a história da Europa não coincide com os seus limites territoriais e sentimentais literais» (p. 16). A reflexão pós-colonial vale, então, e para além da urgência de refazer a história, para pensar a própria Europa. Portanto, toda a questão que aqui se discute não pode ser remetida à velha dicotomia do Império vs. Colónias mas tem de ser perspectivada a partir das desigualdades coloniais que se marcam no seio mesmo dessa Europa.

António Pinto Ribeiro propõe uma descolonização dos museus, através de uma análise à origem colonial do olhar museológico que expõe a supremacia do poder ocidental sobre as populações e culturas colonizadas através da naturalização desse olhar. Desta reflexão crítica resulta a premência de uma outra epistemologia museológica, uma «desepisteme» ou «epistemologia desobediente», como lhe chama, na senda de um novo paradigma designado por *Decoloniality* (p. 107).

A mesma questão atravessa os estudos feministas, de que se ocupa Catarina Martins ou a representação da mulher negra que Júlia Garraio examina. Trata-se de «aprender com o Sul», na óptica de Catarina Martins (p. 273), através de um trabalho colaborativo que permita desfazer resquícios de pensamento colonialista nas próprias teorias feministas. A posição de distanciamento crítico que os estudos pós-coloniais têm de adoptar leva à denúncia da objectualização do corpo feminino negro pelo olhar colonial que permite aceitar a nudez negra e a sua servidão sexual, catalogado que está no domínio do exótico (Júlia Garraio, pp. 279-303).

Um outro nível de reflexão está presente, nesta obra, na discussão do estatuto da língua portuguesa em África e da sua literatura. Antes de mais, desmontando os resquícios de neocolonialismo encapotado que o termo lusofonia convoca, como alerta Paulo de

Medeiros (p. 210). Na verdade o estatuto da língua portuguesa em África deverá ser matéria de vasta reflexão, não só porque difere do estatuto do português em Portugal e no Brasil, onde é língua materna, mas, ainda, porque há que pensar o português não como língua unificadora mas no âmbito de uma ecologia linguística. Esta difícil questão, que não pode nem deve cair em falsas homogeneizações sob pena de operar o retorno a um neotropicalismo encapotado, é discutida no artigo de Ana Paula Ferreira, que se pergunta: «*por que razão o racismo sobrevive nos lugares-comuns do pós-colonial, sendo um deles (...) assumir que as linguagens locais dos vários povos do sul não contam como veículos de tradução intercultural*» (p. 161)?

Pensar o português nas práticas literárias africanas é um modo de desfazer essa pretensa unicidade de uma multiplicidade de povos em uma só língua. Passando em revista o panorama da literatura africana em língua portuguesa, defrontamo-nos com uma poética da língua que a abre a dissonâncias e distopias assinaladas no texto de Francisco Noa, que se debruça sobre o caso de Moçambique. Segundo o autor, e tendo em conta a relação intrínseca entre discursividade e poder, a literatura moçambicana assume uma «*tradição de resistência*» que toma variadas formas de expressão, desde a rebelião, à denúncia, passando pela indignação ou a reivindicação através até do uso da ironia. Ela estabelece um compromisso com «*o seu espaço vital, insti-*

tuindo-se, desse modo, como um natural e dinâmico contrapoder» (p. 228).

A questão que aqui deve ser colocada acerca das práticas literárias africanas já não é só a da tradição de resistência, como aconteceu sob o jugo colonialista, mas algo de novo que destaca Paulo de Medeiros: «*a importância das literaturas africanas é reconhecida como motor de renovação da literatura em Portugal*» (p. 208). Quer dizer que a literatura africana deverá sair dessa posição periférica a que o olhar europeu a tem votado e que só se torna possível se se «*descentralizar o centro*». Trata-se de pensar as várias literaturas em língua portuguesa como «*uma pluralidade*». Cabe aqui sugerir o conceito de ecologia linguística e de como ele poderá dar conta da diversidade e da tradutibilidade na esfera global, contemplando

a reivindicação de Ngugi Wa' Thiong'o «*de resgatar as raízes culturais africanas nas línguas vernáculas, bem como em tradições e epistemologias locais*» (apud Ana Paula Ferreira, p. 152).

Muito haveria ainda a discutir; tarefa hercúlea que acarreta definir qual o papel das ciências sociais na criação de instrumentos que possibilitem conceber essa diferença. Redefinir, através das micronarrativas da memória, como passar à história. Pensar as formas de hibridismo cultural na era da globalização; pensar as formas de biopoder em confronto, num momento particularmente sensível da história europeia em que os refugiados encarnam a figura por excelência do desequilíbrio pós-colonial.

MARIA AUGUSTA BABO

Resenha a Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais

O livro *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais* é o primeiro volume da série “Memoirs – Filhos de Império”, do grupo de pesquisa de mesmo nome *MEMOIRS – Filhos de Império e Pós-memórias Europeias* (<http://memoirs.ces.uc.pt>) financiado pelo Conselho Europeu de Pesquisa (ERC). Organizado por António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro, o livro interroga o lugar da memória e da pós memória colonial na narrativa da história europeia.



O prefácio do livro evoca a criação da Comunidade Europeia e chega aos debates atuais para questionar os discursos sobre a unidade e a paz na Europa. Ora, nesses discursos sempre se omite de maneira voluntária o Outro, aquele que provém da história extraterritorial da Europa e que foi decisivo para sua construção.

Os organizadores do livro apelam para um exercício de memória, onde a articulação com uma reflexão pós-colonial permitiria fazer justiça e reconstruir a narrativa da relação da Europa e seus diversos Outros. O projeto abarca Portugal, França e Bélgica na sua articulação com a memória colonial e o processo de descolonização da geração seguinte (os detentores da pós memória).

Como num prolongamento do prefácio, o artigo de Margarida Calafate Ribeiro traz dados históricos muito interessantes sobre as Grandes Guerras e a reconstrução da Europa. Ela explica a utopia de uma Europa unida face à realidade de uma diversidade difícil de compreender. Com o apoio de textos atuais de intelectuais de diversos países, ela trata da questão do Islã, num primeiro momento, para explicar o medo desse outro sobre quem falamos sem parar e a quem nunca demos a chance de se expressar. Num segundo momento, Ribeiro toca no tema da literatura dos *retornados*, os portugueses obrigados a deixar a África (por vezes sua terra natal) e retornar a um território hostil e estrangeiro. Nesse aspecto a literatura de testemunho é utilizada como um pacto de responsabilidade com a história : a geração seguinte busca as respostas às questões de seus pais, um trabalho de síntese devido ao excesso de memória pessoal e a falta de uma memória pública dividida. Finalmente, a autora busca o ponto comum dessas histórias, que se localizaria no que ela chama de fratura colonial e que só pode ser reparada pelo exercício da memória. Conclui a autora que só assim será possível negociar o multiculturalismo europeu à través de uma história plural, de uma comunidade do tamanho do mundo.

António Sousa Ribeiro toca a questão do reverso da modernidade, o da violência absoluta : o holocausto – que se comunicaria diretamente com a violência colonial. O autor elabora um percurso de análise onde mostra como a criação do conceito de raça e a inferiorização do outro, quando do colonialismo, estão intrinsecamente ligados à ideologia antissemita. António Ribeiro cita o escritor pacifista Romain Rolland para explicar que a experiência da violência das guerras coloniais está na raiz do processo de desumanização que gerou os dramas da Segunda Guerra Mundial. Seguindo os estudos de Paul Gilroy, Ribeiro propõe um estudo comparativo entre Jean Améry, especialista do pós-holocausto e sobrevivente, e Franz Fanon, autor chave do pensamento pós-colonial. Assim, Colonização e Holocausto seriam superpostos e não separados na história. A violência redentora é a violência revolucionária, onde o ser humano se afirma apesar de todo discurso negativo que retira sua humanidade – uma utopia transformadora.

O artigo de Miguel Bandeira Jerónimo revisita os lutos inacabados do Império. Assim como António Ribeiro, ele questiona os laços entre os vários genocídios, desde as políticas raciais da época colonial até a barbárie do Holocausto. Ele critica as leis e

celebrações que querem regular e governar a memória coletiva de maneira a justificar o passado. Ele coloca em evidência vários passados para interpretar vários presentes : ele retoma o caso alemão na Namíbia – e a criação de um código abstrato de maldade – que vai aparecer também no holocausto. O autor trata também da situação da Holanda e a reconstrução de uma memória ligada aos crimes ocorridos na Indonésia pelas narrativas individuais e de grupos específicos. A Itália afronta seu passado quando oferece uma reparação à Líbia, depois de trinta anos de violências coloniais, e à Etiópia, pelo uso de armas químicas. A ideia de que a colônia era um laboratório em ligação com o fascismo é cada vez mais explorada. O Congo Belga e o papel da Bélgica nas políticas raciais que engendraram o genocídio ruandês, ou as culpas do Reino Unido no que ocorreu no Quênia, assim como a guerra de memórias que vive a França para o estabelecimento de sua historiografia, em especial no caso da Argélia. Esses são alguns exemplos dados pelo autor que termina por dizer que Portugal ainda encontra muitos obstáculos para desmitificar sua história colonial.

Na continuação, António Pinto Ribeiro provoca dizendo que descolonizar os museus é a única opção para sua sobrevivência. Como instituição europeia, o museu nasce para materializar a ocupação colonial e neutralizar a cultura. Assim, se a apreciação de uma obra de arte se modifica ao longo do tempo, outrora o nu frontal de Olympia no quadro de Manet chocava, o que surpreende hoje é a mulher negra no plano de fundo em situação de escravidão. O nascimento de alguns museus na América são evocados como símbolos de resistência das minorias para transmitir conhecimentos e lutar por direitos. Uma batalha para que o Outro não tenha que ser apenas uma mercadoria, como ocorre até hoje com a arte africana. Os países que foram colonizados e tiveram regimes ditatoriais, como o Brasil, Chile e Argentina, criaram museus com arquivos de ex-colonizados. Dessa maneira, ele propõe uma descolonização dos museus, com as vozes de quem faz o objeto e a história.

Helder Macedo inaugura o segundo Umbral do livro, dedicado à alteridade. Com um texto engenhoso e cheio de humor e sabedoria, ele discute como poderíamos “reconhecer o desconhecido”. Um exercício que os antigos exploradores tiveram de fazer para poder entender e se situar diante do novo mundo descoberto. O autor cita várias cartas, epopeias e fatos históricos que ilustram os problemas da comunicação

intercultural – e como hoje podemos reconhecer a diferença e concebê-la como parte de nossas singularidades.

Na mesma perspectiva, Isabel Castro Henriques explica a construção da alteridade negativa: a maneira em que o Mesmo se consolida ao mesmo tempo em que exclui o Outro da história. Com a ajuda da historiografia e das ciências, a autora analisa a evolução de conceitos e noções utilizadas para desqualificar o outro (primitivo ou civilizado). Ela presta uma particular atenção a palavra resistência e sua evolução nas sociedades africanas, para finalmente atacar o conceito de pós-colonial. Para ela este seria uma armadilha ideológica que garante a consolidação de hierarquias da globalização - uma vez que o passado se constrói pelo presente, que seleciona por sua vez o que será história ou não.

Ana Paula Ferreira faz uma leitura da obra de Boaventura Sousa Santos para defender a articulação de um pós-colonialismo do sul. O espaço da lusofonia deve participar do debate da hispanofonia, da francofonia e da anglofonia para poder assim descolonizar o pensamento. Ferreira utiliza a relação entre Próspero e Caliban para mobilizar solidariedades anti-coloniais e mobiliza o conceito de « intertraduzibilidade » para chegar a uma compreensão mútua dos movimentos subalternos. Um texto cheio de energia que abre caminho para a análise de poetas feita por Laura Cavalcante Padilha. A autora relaciona as influências entre a África e as Américas pela voz escrita de escritores pouco (re)conhecidos pelos leitores de língua portuguesa no caminho do Atlântico Negro.

Nessa linha de pensamento temos o artigo de Roberto Vecchi, que apresenta as subalternidades do Atlântico Sul. À partir de uma análise do tráfico de escravos (que pouco puderam resistir e emitir murmúrios para contar contra-histórias não hegemônicas), ele retrata a história do Brasil e explica, de maneira crítica, como a sociedade brasileira não conseguiu fazer a transição de colônia a Nação e dar uma plena cidadania a todos seus habitantes. Um artigo engajado e necessário para discutirmos o Brasil contemporâneo.

Paulo de Medeiros discute as relações das literaturas lusófonas e os sistemas de literatura mundo. Ele começa por uma leitura crítica do que chama de três fetiches da crítica pós-colonial : a periferia, a identidade nacional e a língua. Utilizando o conceito

de « semi-periferia » de Immanuel Wallerstein, ele discute as lusofonias e fala da importância da literatura africana na promoção da língua portuguesa no contexto mundial. Dessa maneira, o autor pensa que o comparatismo intra e extra lusofonia pode ser uma das chaves para inscrever as literaturas escritas em português nos vários sistemas globais de literatura.

Francisco Noa, por sua vez, analisa um caso particular da lusofonia e descreve a relação entre literatura e poder em Moçambique. Ele começa por mostrar como o racismo e a repressão contra os autores existia de maneira nítida no período colonial. Nas independências o paradigma muda, e a utopia e o nacionalismo são colocados em evidência: a literatura torna-se um território de afirmação individual e coletiva : um território de resistência. Atualmente, avalia o autor, no Moçambique, a literatura é transnacional e continua a atuar como um contra-poder.

A terceira parte do livro começa por um artigo de Fabrice Schurmans. O autor problematiza os discursos da colonialidade. A partir de discursos do Sul ancorados no pensamento do Norte. O Norte é o produtor do “Texto”, a grande narrativa simplificadora, acessível e amplamente difundida. O “Texto” contamina não somente os textos especializados, como os analisados pelo autor (Albert Memmi, Hélé Béji e Stephen Smith), mas também as mídias (ele nos explica as simetrias que a mídia pode fazer ao retratar o drama do terremoto no Haiti com as representações que temos da África – são *locus* intercambiáveis). Os escritos desses três autores permitiria, segundo o autor, de transformar um só discurso em realidade e de reforçar “o Texto” pela repetição e retomada sistemáticas de um dispositivo sempre disponível. Assim, combater essas ideias fáceis e argumentar contra “o Texto”, desconstruir e fabricar novas narrativas, é ainda um desafio : temos, como afirma Schurmans, intelectuais que fazem isso (Mabeko-Tali, Mamdani, M’Bokolo, Ki-Zerbo), mas a complexidade de seus textos não permite de confrontá-los diretamente com “o Texto”.

Catarina Martins examina os feminismos entre o Norte e a África. Ela critica o feminismo imperialista do Ocidente e analisa o trabalho de três feministas africanas e suas contribuições para o debate atual. Amina Mama, Ifi Amadiume e Oyèrónké Oyewùmi desconstróem os conceitos do feminismo do norte para combater o processo de culturalização das “Mulheres dos Outros”. A autora critica igualmente o programa *Women in Development* (WID), que pratica um “feminismo de Estado e Imperialista”,

apagando os lugares de lutas legítimas da mulher africana. Ela critica igualmente o feminismo etnográfico, que pode idealizar um período pré-colonial e apagar questões importantes. Finalmente, Martins apresenta um feminismo feito em África e de dimensão transnacional : crítico, político e ativista, produtor de conhecimentos que os países do Norte deveriam prestar mais atenção.

Júlia Garraio aborda uma exposição de fotografias que ocorreu em Lisboa em finais de 2015 e princípio de 2016 : *Retornar : Traços da memória*. Ela analisa o objetivo de se apresentar fotos sem ter recurso ao texto : dessa maneira somos obrigados a construir um sentido, uma narrativa para entender o que ocorreu no período colonial, não podemos ter uma abordagem acrítica da exposição. O corpo da mulher negra existe como um lugar de memória do colonialismo, ele é um dos locais de penetração e violação coloniais (para além do espaço geográfico e cultural). A exposição tinha como objetivo igualmente de questionar a “não historia” dos retornados e oferecer uma visão crítica do colonialismo português entre o sofrimento dos retornados, mas sem esquecer as violências que davam o suporte para a dominação colonial.

No artigo seguinte, Bruno Sena Martins tenta restabelecer as memórias das guerras coloniais, um “segredo público”, a partir do testemunho de vários Deficientes das Forças Armadas. O silêncio que pesa sobre as guerras coloniais deixa as testemunhas numa solidão de onde torna-se impossível comunicar o passado. Não há tampouco a empatia do público para escutar suas histórias. Nesse artigo Martins busca fazer do corpo um lugar de memória.

João Paulo Borges Coelho, escritor e historiador moçambicano de renome, retrabalha as memórias das guerras moçambicanas, Ele explica como ainda não foi possível contar a experiência das duas guerras que duraram de 1964-1992, sendo a primeira pela independência, que acaba em 1975. E a segunda pelo poder, que acaba em um acordo de paz da ONU em 1992. O autor começa por discutir o que é uma memória, ou seja, uma socialização de lembranças. Ele explica em seguida a utilização política da memória – uma gestão simples e não contraditória, que elimina todo discurso concorrente. Ele critica a meta narrativa criada pela Frelimo para elaborar a história da independência e questiona os limites do silêncio sobre a guerra civil. Esse silêncio, em busca de consolidar os laços de paz, é segundo o autor um “silêncio reversível” (Paul Ricoeur). A tarefa de contar essas histórias recai hoje em dois projetos em curso (Mbita

et Aluka). O autor termina por se perguntar se esses projetos existem para recuperar uma meta narrativa e legitimar o poder dos que controlam o país.

No decorrer da leitura somos obrigados a repensar tudo o que sabemos ou pensávamos saber sobre memória e colonização. Ancorado no presente e informado pelo passado, cada artigo contribui de maneira particular a desconstruir a história e nos mostra como é possível contar outra história segundo vários pontos de vista. Um livro necessário não apenas para Portugal, mas para todos os países que deverão se confrontar com seu passado colonial de maneira justa e honesta.

António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro (org), *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais*, Editora Afrontamento, Porto, Portugal, 2016, 348p.

por [Fernanda Vilar](#)
[A ler](#) | 28 Abril 2017